

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.768 - RS (2019/0110835-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES : RUBENS JONDRAI JÚNIOR - RS054786B
DÉBORA CARVALHO DE SOUZA - RS074290
AGRAVADO : ELVIO LUCAS DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ELZA MARIA LIMA KRUGER
AGRAVADO : EMILIO JUNIOR SILVEIRA JUDES
AGRAVADO : EMIR ANDRE DA SILVA
AGRAVADO : EMIR BRITO DA SILVA
AGRAVADO : ENI INACIO DE MORAES
AGRAVADO : ENY MAAS
AGRAVADO : ENY THERESINHA DA CUNHA LADEIRA
AGRAVADO : ERENA LEONORA FELDMANN THOMAS
AGRAVADO : ERONITA ANKLAN
ADVOGADOS : JOSÉ VECCHIO FILHO - RS031437
NATÁLIA SILVEIRA MODEL - RS102928

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE MONTANTE PAGO EM RAZÃO DE CONDENAÇÃO QUE RECONHECE O DIREITO A BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. NECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO DAS TABELAS VIGENTES AO TEMPO EM QUE TAIS BENEFÍCIOS DEVERIAM TER SIDO PAGOS. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA: RESP 1.118.429/SP, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJE 14.5.2010. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL DO ENTE PÚBLICO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Agrava-se da decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, III, *a* da Constituição da República, em adversidade ao acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. URV. PARCELA PAGA COM ATRASO. MÊS DE COMPETÊNCIA. DESTAQUE. ARTIGO 46, § 1º, LEI 8.541/92. COISA JULGADA.

Sendo exemplificativa a relação constante do § 1º do artigo 46, Lei 8.541/92, compreendem-se na dispensa à soma com os demais rendimentos os valores de parcelas periódicas pagas por força de decisão

Superior Tribunal de Justiça

judicial (REsp 617.081/PR), definição esta da qual não se afasta a coisa julgada decorrente do acórdão objeto da execução.

2. Nas razões do seu Apelo Nobre, alega o recorrente, violação dos arts. 503, 505 do CPC/1973, 3o. c/c 7o., § 1o. da Lei 7.713/1988, 111 e 176 do CTN, asseverando, em apertada síntese, que *o cálculo do imposto deve observar a alíquota vigente ao tempo em que o pagamento deveria ter ocorrido e os valores pagos extemporaneamente devem se somar àqueles recebidos ao tempo em que deveriam ter sido pagos, sob pena de se criar forma de isenção concedida pelo judiciário ao arrepio da lei.*

3. Afirma, que *a posição do STJ em decisão proferida no julgamento de Recurso Especial, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008, Recurso Representativo de Controvérsia, decidiu contrariamente ao quanto decidido pela decisão combatida, determinando que, ao aplicar o regime de competência devem ser somados os valores devidos no mês de competência para fins de aplicação da alíquota respectiva.*

4. Com contrarrazões, o recurso fora inadmitido na origem.

5. É o breve relatório.

6. O recurso colhe prosperar, eis que o acórdão objurgado decidiu em desconformidade com a jurisprudência consagrada nesta Corte de Justiça.

7. Com efeito, analisando caso análogo ao presente, o Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento segundo o qual a cobrança do Imposto de Renda incidente sobre o montante pago em razão de condenação que reconhece o direito a diferenças de benefícios previdenciários deve observar as tabelas vigentes no momento em que tais diferenças deveriam ter sido pagas, considerando-se, ainda, a renda auferida no mês de referência. Veja-se:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA.

1. *O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.*

2. *Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008 (REsp. 1.118.429/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 14.5.2010).*

8. Confira-se, ainda, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA ACUMULADA. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGIME DE COMPETÊNCIA. ALÍQUOTA. APLICAÇÃO.

1. *Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, nos ditames do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.*

2. *A Primeira Seção, por ocasião do julgamento do Recurso Especial 1.118.429/SP, pelo rito do art. 543-C do CPC, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, DJe 14/5/2010, consolidou o entendimento desta Corte no sentido de que a incidência do imposto de renda deve observar as tabelas e alíquotas vigentes à época em que deveriam ter sido pagos (regime de competência).*

3. *Reconhecido o regime de competência para fins de cálculos do imposto de renda sobre a verba principal (diferença de renda mensal de aposentadoria), deve o mesmo regime ser utilizado relativamente à tributação dos juros de mora. Precedentes.*

4. *Embargos acolhidos, a fim de reconhecer a possibilidade de aplicação do regime de competência para fins de apuração do imposto de renda incidente sobre os juros de mora e reconhecer a sucumbência*

Superior Tribunal de Justiça

recíproca (EDcl no AgRg no REsp. 1.314.536/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 11.6.2014).

9. Deve, pois, o acórdão ser reformado, a fim de se conjugar do mesmo posicionamento consagrado em sede de julgado repetitivo (REsp. 1.118.429/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 14.5.2010).

10. Diante do exposto, conhece-se do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos termos da fundamentação supra.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR